

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas

Joana Marques (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)¹, Brígida Rocha Brito² (CEA/ISCTE), Nuno Alarcão³ (CEA/ISCTE)

I. As razões para um turismo diferente

De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o sector turístico representa 12% do PIB e 8% do emprego mundiais, fazendo do turismo a primeira actividade económica do mundo.

Se é verdade que o turismo tem impactos positivos nos países de acolhimento (entrada de divisas, criação de emprego, estímulo aos investimentos, incentivo aos serviços locais, melhoramento da balança comercial, valorização dos recursos naturais e culturais, entre outros), esses impactos geralmente beneficiam apenas uma minoria da população e as externalidades negativas que os acompanham são consideráveis. Quais os impactos dos *resorts* turísticos, pertencentes a grandes grupos internacionais, vocacionados exclusivamente para férias de sol e praia, onde quase tudo é importado? Quais as consequências do domínio do turismo de massas em diversos contextos insulares?

Estas questões estão na origem de uma nova consciência em relação aos impactos negativos do turismo convencional, de massa, industrial, estandardizado, apontando para a necessidade de um turismo diferente. Tal preocupação está presente em organismos internacionais, tais como a OMT através da pioneira Conferência de Manila (1980), do Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e do programa ST-EP – *Sustainable Tourism Eliminating Poverty* (2002); a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) através de diversas conferências internacionais; a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o seu contributo para a promoção do turismo comunitário, através da Redturs (Rede de Turismo Comunitário Latino-Americana); ou, mais recentemente, os Fóruns Internacionais de Turismo Solidário (Marselha, 2004; Chiapas, 2006; Bamako, 2008). Entre os organismos actantes a nível nacional, destaca-se o contributo

- 1 *Autora principal, socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 2 *Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*
- 3 *Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", CEA/ISCTE.*

da *Union National de Associations de Tourisme* (UNAT), que apoia e aglutina as principais associações francesas de turismo solidário; a Associação Italiana de Turismo Responsável (AITR), organismo aglutinador de agentes vinculados ao turismo responsável; as experiências britânicas do *Tourism Concern e Pro-Poor Tourism*; ou ainda a experiência africana *Fair Trade in Tourism South Africa* (FTTSA) enquanto aplicação dos critérios do comércio justo ao turismo.

Na origem desta tomada de consciência estão várias constatações, entre as quais:

- As riquezas geradas pelo turismo são desigualmente repartidas, as regiões de acolhimento do turismo de massa são no geral países em vias de desenvolvimento que não controlam os fluxos turísticos, que são dominados por grupos internacionais sedeados nos países industrializados;
- Há uma fuga de divisas dos países em desenvolvimento, nomeadamente porque o investimento inicial implica frequente endividamento externo e as entradas são penalizadas pelas crescentes necessidades de produtos e serviços importados;
- A excessiva dependência face ao sector turístico é perigosa, dadas as flutuações, muitas vezes imprevisíveis, a que o sector está sujeito (epidemias, terrorismo, catástrofes naturais);
- Grande parte do emprego no turismo é precário – desqualificado, mal remunerado, sazonal. Os atentados aos direitos dos trabalhadores são generalizados e é frequente o desenvolvimento de redes de prostituição e trabalho infantil;
- O tecido social é debilitado dado o aumento das disparidades sociais e a introdução de hábitos de consumo não sustentáveis;
- Há uma tendência para a descaracterização cultural, com perda de identidade e folclorização das culturas;
- Os atentados ao ambiente são frequentes: sobre-exploração dos recursos naturais, utilização de transportes com elevadas emissões de dióxido de carbono, pressão sobre os ecossistemas, poluição, artificialização das paisagens, conflitos no uso de recursos limitados como água e energia;
- A pressão turística estimula especulação imobiliária;
- Geram-se fortes desequilíbrios regionais dada a concentração do turismo apenas em algumas zonas mais atractivas.

A estas críticas podemos acrescentar outras especificamente dirigidas ao turismo de resort. Coriolando e Almeida (2007), afirmam que os *resorts* são meios de hospedagem com configurações espaciais elitizadas, localizadas preferencialmente em áreas naturais preservadas, sobretudo litorais pouco habitados. São, dizem, verdadeiros enclaves nas comunidades onde se instalam; formam um mundo isolado e utilizam uma variedade de

estratégias para reter o turista, sem lhes dar oportunidade de sair desses ambientes, para divertimentos e consumos fora das suas dependências. Ignoram assim a população local, não assumindo compromissos com o lugar e com as pessoas. Apesar de frequentemente o Estado oferecer toda a infraestrutura de instalação do empreendimento ou conceder isenção fiscal, não se exige nenhuma contrapartida substancial, excepto pela geração de empregos, os quais nem sempre são em favor das comunidades.

Por sua vez, Anne Amblés (2002) questiona até que ponto o turismo é uma história de dominação. No turismo Norte-Sul, os viajantes dos países ricos, mesmo que sejam quase pobres, têm meios para brincar aos ricos junto dos que são mais pobres do que eles; em férias, eles dominam, eles mandam porque podem pagar. A autora vê nesta dominação um aspecto da violência simbólica evidenciada por Pierre Bourdieu.

Estas críticas e contradições constituem assim o fundamento da evolução recente do sector turístico que, segundo Laurent (2003), tem seguido por duas direcções:

- Uma melhoria qualitativa de uma parte das prestações do turismo de massa, nomeadamente ao nível da protecção do ambiente e dos recursos e da luta contra a poluição no sector hoteleiro, do lazer e, marginalmente, dos transportes, numa perspectiva de responsabilidade social;
- A diversificação de uma oferta alternativa, de nicho e diferenciada.

2. A emergência de novas modalidades e conceitos de turismo

Em oposição às práticas dominantes do turismo, tem-se vindo a desenvolver uma oferta alternativa - turismo solidário, responsável, justo, ético, sustentável, entre outras designações, remetendo-nos para nuances nem sempre perceptíveis. Apresentam-se de seguida algumas das definições mais utilizadas, no sentido de clarificar o conceito de turismo solidário, que é a terminologia por nós adoptada.

- Ecoturismo: «Viagem responsável na natureza que conserva o ambiente e contribui para o bem-estar das populações locais» (*The International Ecotourism Society*). A principal motivação do turista é observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas zonas naturais.
- Turismo Justo: Baseia-se nos princípios do comércio justo, enfatizando a justa remuneração dos prestadores locais, a participação das comunidades de acolhimento, os processos de decisão democrática, os modos de produção amigos do ambiente. Os seus objectivos são maximizar os benefícios do turismo para os actores locais através de parcerias justas e mutuamente benéficas com os parceiros nacionais e internacionais e também apoiar os direitos das comunidades indígenas.
- Turismo Comunitário: Formas turísticas propostas e geradas pelas comunidades,

- as quais se integram de forma harmoniosa nas diversas dinâmicas colectivas do local de acolhimento. Na medida em que uma comunidade implica, por definição, indivíduos com algum tipo de responsabilidade colectiva e capacidade de tomar decisões por órgãos representativos, o turismo comunitário implica um acréscimo de solidariedade e co-gestão.
- Turismo Responsável: O turismo responsável coloca mais a ênfase no viajante do que na comunidade que ele visita. Surge da tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o ambiente, sendo que responsabilidade significa aqui uma atitude de respeito pelos lugares sem danificar nem a comunidade nem o ambiente. Podemos dizer que o turismo responsável também é solidário, sendo que essa solidariedade se expressa sobretudo no estado de espírito com que o turista parte em viagem.
 - Turismo Sustentável: É a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável ao turismo, portanto um turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, no presente e no futuro. Os princípios e práticas de gestão do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, daí que a OMT lhe dê especial destaque.
 - Turismo Solidário: Também se inscreve numa perspectiva responsável, justa e sustentável, sendo que o conceito por nós adoptado difere daquele veiculado internacionalmente que entende a solidariedade do ponto de vista do viajante internacional que procura participar no desenvolvimento das comunidades que visita, seja através da colaboração directa em acções de desenvolvimento, seja através da canalização de uma parte do preço da viagem para o financiamento de um projecto. Tal concepção é marcada por um certo paternalismo, característico da ajuda Norte-Sul. Assim, em termos teóricos, demonstra-se essencial ancorar a abordagem do turismo solidário no modelo teórico e prático da Economia Solidária, que vem dar sustento e sustentabilidade a um turismo diferenciado, que implica a participação e o envolvimento comunitário, a responsabilização dos diferentes actores sociais, a capacitação, a valorização das potencialidades locais. O conceito difundido pela *Union Nationale de Associations de Tourisme* (UNAT) resume esta perspectiva: “O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem o homem e o encontro e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios. Os fundamentos deste tipo de turismo são: o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados.” (UNAT, 2002)

Vemos então que os vários conceitos e abordagens de turismo alternativo, embora distintos, são compatíveis e, em parte, sobrepõem-se. Podemos afirmar que o fio condutor comum às várias definições é o conceito de solidariedade, assente na existência de uma dependência mútua e em relações de respeito mútuo (Caire, 2003).

De referir ainda que não existe uma certificação (*label*) bem determinada e daí a necessidade de desconfiar dos rótulos das organizações de viagens, na maior parte das vezes auto-atribuídos.

É com base nestas limitações e na busca de um conceito mais abrangente e mais sustentado teórica e empiricamente, que ambicionámos propor uma nova definição de turismo solidário, à luz do contributo teórico da Economia Solidária.

3. Metodologia

A investigação em curso, consistindo numa análise comparativa das experiências insulares de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, privilegia a utilização de técnicas quantitativas de aplicação de um inquérito por questionário complementadas por qualitativas no contexto da metodologia do Estudo de Caso. Deste modo, a pesquisa contempla:

- Análise Conceptual e dos principais referenciais teóricos para enquadramento das problemáticas do turismo solidário e desenvolvimento comunitário, que implica a recolha, sistematização e análise das principais escolas e paradigmas.
- Recolha e análise de dados e documentos específicos para caracterização dos dois países em estudo. Nesta etapa, procedeu-se também à classificação e inventariação das distintas modalidades de oferta de turismo solidário, de forma a identificar as iniciativas susceptíveis de enquadramento no estudo em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde.
- Entrevistas semi-directivas a responsáveis dos projectos turísticos, representantes institucionais (Direcção-Geral de Turismo, Ministério do Ambiente, Parques Naturais, Projecto Áreas Protegidas, entre outros), líderes comunitários e observadores neutros.
- Inquérito por questionário a uma amostra representativa dos grupos comunitários directamente influenciados pelas iniciativas turísticas em análise, com base numa amostragem aleatória.
- Observação directa como complemento das técnicas privilegiadas para o trabalho de campo.

4. O referencial teórico da Economia Solidária

Sendo a relação entre turismo e Economia Solidária um debate recente, importa esclarecer de que estamos a falar quando falamos em Economia Solidária.

A Economia Solidária é herdeira de uma diversidade de contextos, à qual corresponde uma diversidade de terminologias: Terceiro Sector nos países anglo-saxónicos, Economia Social e Solidária na tradição francófona, Economia Popular na América Latina, Economia Alternativa na Alemanha e Bélgica, Privato Social em Itália... Trata-se de uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas oriundas da sociedade civil e dos meios populares (França e Laville, 2004: 15). Em comum, as diferentes expressões utilizadas têm a referência a um sector distinto do Estado e do mercado. Não é o objectivo desta comunicação fazer uma análise aprofundada destas diferentes terminologias, pelo que nos iremos apenas debruçar sobre o conceito de Economia Social e Solidária.

Defourny e Develtere (1997) consideram que a génese da Economia Social se confunde, em grande parte, com uma procura secular da liberdade de associação. Como dão conta os autores, já no Egipto dos faraós existiam corporações e fundos de seguros colectivos; os gregos tinham as suas sociedades para garantir uma sepultura e um funeral; com o Império Romano proliferam por toda a Europa associações monásticas; na África primitiva e na América pré-colonial encontramos as confrarias de artesãos. No entanto, a designação de Economia Social surge apenas na Europa do século XIX, como tentativa de fazer face à Economia nascente nas sociedades industriais: a Economia Política, baseada na riqueza, competição e no individualismo. Ela está profundamente ligada à questão social então emergente, com a proliferação do empobrecimento e marginalização. Para os novos problemas então surgidos impõem-se novas respostas, já que o mercado livre só por si não é suficiente para os resolver, ainda não existia Estado Providência e também a família se mostrava incapaz de dar resposta adequada. Surgem então novas respostas que procuram combater a pobreza numa perspectiva de colectivo, de solidariedade, tendo origem ou nos próprios grupos em dificuldade – iniciativas de interesse comum (caso das associações mutualistas), ou dirigindo-se a esses grupos – iniciativas de interesse geral (caso das misericórdias). A ideia de solidariedade expressa-se ao contrapor o interesse comum ao individualismo. Por outro lado, visava-se responder a necessidades (produção de bens e serviços), logo estamos perante uma actividade económica – daí a designação Economia Social. Portanto, a Economia Social surge da procura por encontrar na Economia soluções que amenizem a questão social.

Muitas soluções encontradas não são teorizadas, pelo que a Economia Social tem uma forte base intuitiva (caso do associativismo operário, das redes de vizinhança, da solidariedade de base religiosa). Mas ela surge também da discussão filosófica e ideológica do século XIX (Anarquismo; Socialismo Utópico; correntes sociais cristãs; solidarismo maçónico). A Economia Social é assim a conjugação destas duas influências: uma mais prática e outra mais filosófica e ideológica. Como consequência deste processo histórico, a Economia Social afirma um conjunto de princípios: o interesse comum ou geral sobrepõe-se ao interesse particular; o objectivo principal não é o lucro; primado da pessoa humana sobre o capital; adopção do princípio “um homem, um voto” na gestão democrática das organizações; autonomia face ao Estado.

Entretanto, entre o século XIX e XX, a liberdade de associação começa a ser introduzida na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos, surgindo leis para enquadrar as diferentes formas de associação que compõem a Economia Social moderna. Assim, do ponto de vista institucional e jurídico, o termo Economia Social inclui 4 tipos organizacionais fundamentais: associação, cooperativa⁴, mutualidade⁵ e fundação – conjunto de organizações onde é privilegiada a constituição de um património colectivo em vez de um retorno sobre o investimento individual (Laville et al, 2000: 187). Neste processo, a Economia Solidária pode ser vista como um movimento de renovação e de reactualização histórica da Economia Social. Ela remete para uma perspectiva de novas formas de regulação da sociedade, o que significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado (França, 2002). Ela vai assumir novas características, associadas a novas formas de solidariedade: de carácter mais qualitativo, relacionadas com ambiente, iniciativas locais, cidadania, etc.

Laville fala de um fenómeno de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de distintas fontes de recursos, já que nas iniciativas de Economia Solidária, em geral, coexistem: recursos mercantis/princípio de mercado (a venda de um produto ou prestação de um serviço); recursos não mercantis, assentes na redistribuição (subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da acção organizacional); e recursos não monetários/princípio de reciprocidade (participação voluntária de certos membros através de doação sob a forma material ou humana). Nesta acepção, a

4 *Na verdade, as cooperativas são associações mas dada a sua importância elas têm um regime jurídico específico (código cooperativo).*

5 *Também são enquadradas pela forma jurídica das associações.*

Economia Solidária não está contra o mercado; o que acontece é que a economia é posta ao serviço de outros princípios, perdendo a sua tradicional soberania. A solidariedade inscreve-se no cerne da elaboração colectiva de actividades económicas. Para autores como Laville, a Economia Solidária implica uma articulação entre as esferas económica, social e política (ligada a um projecto de democracia).

Por sua vez, Favreau e Fréchette (2002) fazem uma análise da Economia Social e Solidária à luz das características específicas dos países do Sul, considerando que, ao longo do século XX, o agravamento da crise económica, a reestruturação imposta pelo FMI à maioria dos países de África, América Latina e Ásia, os fenómenos de pobreza e exclusão social, entre outros factores, deixou os estados destes países com uma margem de manobra muito limitada ao nível da sua função de redistribuição e, deste modo, as populações destes países viram-se obrigadas a conceber elas próprias novas formas de solidariedade e entreajuda na tentativa de resolver os problemas com que se confrontavam. Segundo os autores, estas novas formas de solidariedade começam progressivamente a ser consideradas como um ponto de ancoragem essencial para um desenvolvimento económico sustentável (Favreau & Fréchette, 2002: 16).

Teoria (Os Pilares)	Prática	Relação com a Teoria do Bem-Estar e Novos conceitos de Desenvolvimento
Projecto Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de bens e serviços - Criação de empregos - Distribuição de rendimentos - Satisfação de consumos - Geração de poupanças - Aplicação de investimentos - Ênfase na qualidade em detrimento da margem de lucro 	Crescimento económico e bem-estar material
Projecto Social (Coesão Social)	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a necessidades sociais não solváveis - Integração de pessoas marginalizadas no mercado de trabalho - Socialização de pessoas excluídas - Igualdade de oportunidades - Democracia interna - Luta contra a pobreza e exclusão social 	Coesão social Desenvolvimento humano e Desenvolvimento Social

Teoria (Os Pilares)	Prática	Relação com a Teoria do Bem-Estar e Novos conceitos de Desenvolvimento
Projecto Ambiental (Sustentabilidade ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha dos recursos - Energias renováveis - Separação dos lixos - Reciclagem - Ecoturismo - Áreas protegidas 	Bem-estar ambiental Desenvolvimento sustentável
Projecto Cultural (Promoção do diálogo e da diversidade cultural)	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização de culturas locais e de património local - Etnoturismo - Minorias étnicas - Expressões artísticas alternativas e na margem 	Cultura como bem-estar Desenvolvimento integrado e Desenvolvimento humano (Desenvolvimento local)
Projecto de Governância (Projecto Político e de Gestão)	Projecto Político: <ul style="list-style-type: none"> - Democracia Interna - Governância Partilhada - Co-responsabilização externa (parceria) 	Dimensão política do bem-estar Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento local
	Projecto de gestão: <ul style="list-style-type: none"> - Gestão eficiente - Autonomia 	
Projecto Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização dos recursos endógenos - Satisfação das necessidades comunitárias - Desenvolvimento do meio rural - Agroturismo - Participação 	Visão comunitária do bem-estar Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo
Projecto de Conhecimento (Teoria e Prática)	<ul style="list-style-type: none"> - Visão indutiva - Correção tendencialmente permanente - Investigação-Ação - Reflexividade - Capacitação 	Conhecimento como componente do bem-estar Desenvolvimento integrado e Desenvolvimento humano

Apesar das diferenças significativas, relacionadas com cada contexto de sociedade, França e Laville (2004: 16) destacam um traço comum que caracteriza todas estas iniciativas: elas incorporam a solidariedade no centro da elaboração das actividades económicas e consideram tais actividades apenas como um meio para a realização de outros objectivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. Diferentemente da solidariedade tradicional, França e Laville (idem) consideram que na Economia Solidária de hoje os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração de actividades com vista a enfrentar problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc.

Em síntese, se as três esferas fundamentais e mais consensuais da Economia Solidária são a económica, a social e a política (governância), a estas têm vindo a ser acrescentadas e debatidas novas dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão territorial e a dimensão do conhecimento. Roque Amaro (no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE) resume estes pilares da Economia Solidária no quadro seguinte (adaptado): a Economia Solidária pode ser encarada como uma estratégia integral de desenvolvimento. E, apesar de nem todas estas suas dimensões serem consensuais, elas ganham crescente aceitação, como demonstra a afirmação de França e Laville (2004: 188): “Observamos, desta maneira, toda vocação de uma Economia Solidária se jogar exactamente na capacidade que terão os empreendimentos de articular em conjunto vários registos da prática ou diferentes dimensões: económica, social, política, cultural, ecológica, etc.”

5. Turismo Solidário

Sendo a Economia Solidária definida por princípios como a primazia da pessoa humana e do bem comum sobre o lucro; autonomia de gestão; primado das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos excedentes; processos de decisão democrática e participativa; ênfase na qualidade dos produtos e serviços, em detrimento da margem de lucro; investimento na formação dos trabalhadores – até que ponto estes princípios estão presentes nas actividades de turismo?

Esta é a base do conceito de Turismo Solidário aqui proposto, um turismo que se enquadra por um projecto de desenvolvimento comunitário, que engloba preocupações de sustentabilidade, criação de emprego e de micro-iniciativas empresariais, que incorpora valores locais, que aposta em produtos especializados e num relacionamento de proximidade. Tal perspectiva vai ao encontro da abordagem da associação francesa UNAT, que constituiu, em 2001, um grupo de trabalho pioneiro para reflectir e agir sobre as novas formas de turismo, tendo optado precisamente pela expressão de turismo solidário, que, como vimos, agrupa todas as formas de turismo alternativo que colocam no centro da

viagem o homem e o encontro e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios, sendo os seus fundamentos o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados.

Portanto, o turismo solidário não surge apenas para dar resposta a uma procura crescente de turismo responsável, ele é endógeno, exige o envolvimento e iniciativa das comunidades locais, a solidariedade e auto-organização dos seus membros. Nas palavras de Leão Lopes, um dos mentores do projecto de turismo solidário de Lajedos, em Cabo Verde, mais do que a solidariedade dos turistas do Norte em relação ao Sul, é a solidariedade entre as próprias populações locais, não se vocacionando exclusivamente para o turista do Norte mas também para o turista nacional.

Gilles Caire (2005: 2) evidencia como a abordagem do turismo solidário se demarca do turismo capitalista pela procura de uma melhoria contínua das capacidades, individuais e sociais, de fazer e ser a fim de assegurar um desenvolvimento socialmente sustentável. O turismo solidário, por oposição ao turismo de massa, é um micro-turismo em territórios anteriormente não turísticos, regendo-se pela regra dos 3 P's:

1. Poucos visitantes (grupos constituídos por 5 a 12 de pessoas);
2. Pouco tempo (em geral a estadia não ultrapassa os 10 dias);
3. Poucos meses (o acolhimento é voluntariamente sazonal, fora dos períodos de trabalhos agrícolas).

Esta escolha da pequena escala deriva da procura de uma mínima perturbação e desestruturação da sociedade e da vontade de privilegiar a qualidade face à quantidade. É assim uma noção óptima para tornar acessível a noção de desenvolvimento sustentável e a garantia de uma coesão social e de um controlo conseguido pela proximidade.

Caire (2005) considera que mais do que entrar em concorrência frontal com o turismo tradicional, nos grandes destinos, o turismo solidário procura diferenciar-se e ocupar-se dos mais isolados. Desta forma, o turismo pode melhor irrigar o território, nacional ou regional, e lutar contra a desertificação humana dos territórios rurais. Ao trabalhar sobre a identidade territorial e cultural, sobre os saber-fazer e os saber-ser, sobre o habitat tradicional, sobre as tradições de hospitalidade, sobre a auto-suficiência alimentar, permite reter no local os benefícios, integrar-se melhor no existente e diferenciar-se, apoiando-se na autenticidade e no encontro. Se o turismo solidário se situa numa lógica de protecção, valorização e desenvolvimento de todos os potenciais locais, isto implica da parte do visitante aceitar partilhar, pelo menos em parte, os constrangimentos (alojamento, alimentação, falta de água, desconforto) vividos no quotidiano pela população. O autor afirma que o turismo solidário quer estar ao serviço de um desenvolvimento endógeno, humanista e

responsável e, com este fim, ele procura implicar em todas as suas fases (reflexão, negociação, decisão, realização, avaliação) a população envolvida, permitindo aos habitantes serem os impulsionadores e não meros figurantes do projecto turístico. Em suma, o autor vê o turismo solidário como um campo de experimentação tanto para o turismo do amanhã, como para um desenvolvimento mais sustentável, enfim, como Economia Solidária.

Em síntese, o turismo solidário é um projecto:

- económico, que visa a criação de emprego digno, a produção de recursos, uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados, dando primazia a iniciativas de pequena escala;
- social, o turismo solidário tem objectivos de promoção do desenvolvimento humano e de luta contra a pobreza e exclusão social, o que passa nomeadamente pela capacitação, pela integração dos parceiros, por princípios de igualdade de oportunidades;
- ambiental, com preocupações de protecção da natureza e de sustentabilidade, de sensibilização e responsabilização dos viajantes, de gestão dos recursos e dos desperdícios no sentido do desenvolvimento sustentável;
- cultural que valoriza as culturas locais, o património local, a diversidade;
- político, as actividades no âmbito do turismo solidário deverão pautar-se por princípios de participação e democracia interna, com o máximo envolvimento das populações locais, e de co-responsabilização externa. A isto acresce a necessidade de gestão eficiente, muitas vezes conseguida através de assessoria externa;
- territorial, o turismo solidário está envolvido num projecto mais amplo de desenvolvimento local, mobilizando recursos endógenos e situando o turismo em relação aos outros sectores;
- de conhecimento que aqui se postula prende-se com a articulação permanente entre a teoria e a prática, a investigação e a acção, com o objectivo de promover uma cultura de aprendizagem que potencie a capacitação e o *empowerment* dos diversos agentes envolvidos, sendo simultaneamente um meio de promover a consciencialização entre as populações e os viajantes sobre a importância de proteger o seu património cultural e natural.

6. Um Estudo de Caso: A experiência de Lajedos na ilha de Santo Antão

Entre os casos analisados até ao momento, a experiência de Turismo Solidário com base comunitária de Lajedos, em Santo Antão, Cabo Verde, surge como um exemplo paradigmático de um turismo ancorado na Economia Solidária. Enquadrada por um projecto

mais vasto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos promovido pela ONG Atelier Mar, esta experiência parte da intenção de envolver a comunidade local no desenvolvimento de um conceito e uma prática de turismo alternativo que, participando da dinâmica do turismo em Cabo Verde, antecipasse uma prática diferenciada e adaptada à ilha de Santo Antão. Desenvolveu-se assim um conceito de turismo que integra a ideia de sustentabilidade e de respeito à identidade histórica, cultural, económica e social da comunidade onde se insere. Como afirmam os seus dinamizadores Leão Lopes e Maria Estrela, trata-se de um projecto de desenvolvimento turístico que parte das bases e está fortemente assente na criatividade, na busca permanente de soluções inovadoras. Apenas a posteriori surge a necessidade de teorizar, aparecendo então a Economia Solidária como estratégia fundamental para promover o desenvolvimento comunitário, através de uma postura ética de igualdade de oportunidades e de promoção da capacidade empreendedora local.

Ao integrar-se num projecto global de desenvolvimento, este conceito de turismo não pode deixar de se articular com os outros sectores da região, como a educação, a iniciativa privada, a cultura, a história, o ambiente, etc., minimizando, deste modo, os impactos negativos de iniciativas exógenas de maior porte que inibem a criatividade e o empreendedorismo local (Lopes, 2007). A participação e responsabilidade colectiva da comunidade garantem ainda um controle sobre os retornos da actividade turística que assim ficam, em grande parte, na comunidade.

Neste projecto, é frisado que o conceito de Turismo Solidário adoptado difere daquele veiculado internacionalmente: enquanto este tem a perspectiva do viajante internacional que procura no turismo o prazer solidário de conhecer e participar no desenvolvimento das comunidades que visita, a experiência de Lajedos incide numa óptica sustentável do negócio ou da iniciativa, validando como capital maior a identidade da região ou local, sua cultura e sua capacidade de criar oportunidades de vida digna e de trabalho digno para a sua população. O seu mercado é tanto nacional como internacional, assumindo-se a vocação para o turismo nacional como uma especificidade do projecto (*idem*).

Em termos de estratégia, o Turismo Solidário com base comunitária de Lajedos baseia-se em iniciativas de pequena escala, apoiadas pela assessoria do Atelier Mar, cuja actuação passa pela investigação, gestão, desenvolvimento rural e educação. Tendo por base uma longa ligação à comunidade local e um contínuo trabalho de investigação histórica e cultural, a ONG tem procurado fazer a planificação e o desenvolvimento de produtos turísticos credíveis e sustentáveis a longo prazo. Entre esses produtos destaca-se: o Sítio Museológico de Lajedos, restaurante e esplanada comunitária, dez alojadores privados que consistem em casas de famílias da comunidade, feira mensal de produtos locais, onde se vendem produtos agrícolas, licores, compotas, cerâmica, artesanato, bombons de beterraba, conser-

vas, entre outros, circuitos turísticos diversos, tais como Caminhos da água e trilho de Os flagelados. Finalmente, o projecto valoriza a ligação à região onde se insere a comunidade de Lajedos, o concelho de Porto Novo, constituindo-se como projecto-piloto que visa ser alargado a toda a região, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, uma vez que se entende que este só se realiza com a inserção de outras comunidades vizinhas numa estratégia de desenvolvimento turístico que interessa a toda a ilha de Santo Antão (idem).

7. Reflexões Finais

A teoria e a prática do turismo solidário evidenciam a sua ambição de conceber e promover um outro turismo, em termos de população envolvida, de actividades praticadas, de repartição dos rendimentos, de preservação do ambiente, de modo de governância, de respeito da identidade territorial e cultural, de valorização das potencialidades locais, enfim, um turismo que contribua para o desenvolvimento comunitário. No entanto, o turismo por si só tem um impacto limitado sobre o desenvolvimento comunitário, ele não pode ser feito à margem dos outros sectores do território onde se insere. Como evidencia a experiência de Lajedos, esta ambição só se consubstancia se o turismo solidário de integrar num projecto global de desenvolvimento, articulando-se com os restantes sectores e mesmo com outras abordagens turísticas. A investigação em curso permite-nos concluir que, mediante certas condições, o turismo pode efectivamente dinamizar inúmeras práticas de comunicação e inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

Bibliografia

- AMARO, Rogério (2007). Seminário de Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas, apontamentos de sessões presenciais do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária. Lisboa, ISCTE.
- AMBLÈS, Anne (2002). *Tourisme ou tourisme?* “Courriel d’information ATTAC”, n.º 297. (http://www.fsa.ulval.ca/personnel/vernag/eh/F/cause/lectures/tourisme_ou_tourisme.htm, 23/04/2008)
- BRITO, Brígida (2002). O turista e o viajante: contributo para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In “Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos”. Oeiras, Celta Editora.
- CAIRE, Gilles (2005). *Tourisme solidaire, capacités et développement socialement durable*. Paris: 5e Conférence internationale sur l’approche des Capacités. (<http://www.capacityapproach.com/pubs/308CAIRE.pdf>, 19/02/2008)
- CORIO LANDO, Luzia Neide; ALMEIDA, Humberto Marinho (2007). O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. “*Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*”, vol. XI, n.º 245 (57). Barcelona: Universidad de Barcelona. (<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24557.htm>, 17/03/2008)
- DEFOURNAY, Jacques; DEVELTERE, Patrick (1997). Jalons pour une clarification des débats sur l’économie sociale. “*Dialogue*”, n.º. 2 Luxembourg: ADA (Appui au Développement Autonome). (<http://www.globenet.org/horizon-local/ada/9721.html>, 27/02/2008)

- ESTRELA, Maria Miguel (2007) - Turismo Solidário e Desenvolvimento - Relatório Intercalar II e III. Documento disponibilizado pela autora (não publicado). Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- FAVREAU, Louis; FRECHETTE, Lucie (2002). Mondialisation, économie sociale, développement local et solidarité internationale. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- FRANÇA, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis (2004). A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- FRANÇA, Genauto Carvalho (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. "Bahia Análise & Dados", vol. 12, nº. 1, pp. 9-19. Salvador, SEI.
- LAURENT, Alain (2003). Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable. Toulouse, Ministère des Affaires étrangères. (<http://www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm>, 28/12/2007)
- LAVILLE, Jean-Louis et al (2000). Terceiro Sistema: uma definição europeia. In "As empresas e organizações do terceiro sistema – um desafio estratégico para o emprego". Lisboa, INSCOOP.
- LOPES, Leão (2007). Turismo Solidário com base comunitário: A experiência de Lajedos. Documento disponibilizado pelo autor (não publicado). Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- UNAT (2002). D'autres voyages, du tourisme à l'échange. Paris, UNAT.